

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE SÓCIO-ECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR: EM BUSCA DA RECONVERSÃO DE UM SISTEMA DE PRODUÇÃO TÍPICO - SILVEIRA MARTINS- RS.¹

Eliane Dalmora²

Paulo J. da Fonseca Pires³

1. Introdução

O presente texto baseia-se em dados levantados em uma pesquisa de diagnóstico dos sistemas de produção de Silveira Martins. Define-se as características diferenciadas da produção familiar com base nas organizações estruturais e mercadológicas e algumas estratégias adotadas pela produção familiar para superar as suas restrições que limitam a produção. De forma ilustrativa, menciona-se os limites de um sistema de produção, que na tentativa de integrar-se a um padrão tecnológico unidirecional originam problemáticas sociais (migrações de jovens agricultores, por exemplo) e ecológicas (esgotamento de áreas com alto potencial de regeneração). As estratégias dos produtores familiares visam melhorias nas suas condições de capitalização. Porém, o produtor familiar avalia seus limites em termos de competitividade em mercados oscilantes onde prevalecem os interesses agroindustriais. Cientes de seu reduzido papel na definição dos lucros que compõem os produtos de maior competitividade no mercado, adotam estratégias que a primeira vista parecem não adequar-se a uma perspectiva de maximização de lucros. Estas, definidas em termos de flexibilidade em relação ao mercado e alternatividade no destino dos produtos, buscam a reconversão do seu sistema de produção, o que implica na própria adequação às condições agroecológicas da região.

¹ Texto adaptado a partir de parte da Dissertação de Mestrado da autora.

² Professora do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Bióloga, Mestre em Extensão Rural

³ Engenheiro Florestal, Mestrando em Extensão Rural, CCR/ UFSM.

2. Características da produção familiar em Silveira Martins.

A capacidade de investimento e as condições agroecológicas são dois fatores que se constituem como fundamentais para a diferenciação da produção familiar de Silveira Martins. As diferenças sócio-econômicas se acentuam pois os produtores que são favorecidos pelo crédito rural subsidiado, também apresentam inserção em termos de mudanças tecnológicas. Somente os produtores que apresentam uma condição agroecológica adequada às tecnologias unidirecionais demandantes, por exemplo, de áreas planas para a mecanização em quantidade que permita uma eficiente reposição dos investimentos têm condições de absorver as mudanças do padrão tecnológico. Tal inovação tecnológica, amplamente difundida para algumas culturas, é aplicável a uma condição física que não é amplamente característica da região da serra do RS. Em Silveira Martins, esse fator vem ampliar as diferenças entre as unidades de produção, dada a sua localização nos diversos contornos da serra, como se refere um produtor rural entrevistado:

“Silveira Martins é justamente como uma panela, o extremo norte (Val Veronês e 6 Norte) e o extremo Sul (Val Feltrina, Linha Sete, Vale dos Panos e Val de Buia) e as encostas da serra seriam as bordas da panela. Justamente esta é a área mais carente, mais necessitada de alternativas (...). Quem sente mais são estes contornos da serra, passam por dificuldades e precisariam num salto evoluir à altura das coisas como elas ocorrem hoje e não é possível. Comparo onde eu moro em cima da serra, com os das partes planas: há uma diferença no poder aquisitivo, na vida social, eles tem tido mais, são mais capitalizados, quem não tem trator, tem colheitadeira, tem caminhão, tudo e já são ricos”.

A mecanização é um importante diferenciador entre as unidades de produção que permanecem no cultivo da batata, pois propicia aumentos na produtividade do trabalho, permitindo maiores folgas na mão-de-obra familiar,

ampliando, assim, o volume de produção e a diversidade de produtos. Com a ampliação do volume de produção da batata, há aumentos significativos na renda agrícola disponível, a qual pode ser ampliada com o arrendamento de terras mais planas, fora do município permitindo uma maior rotação de culturas (essencial para um eficiente controle de pragas e doenças) e a obtenção de uma colheita antecipada em relação a do município. Com tais ampliações no volume de batata produzida e com a impossibilidade de mecanização na colheita, há um desequilíbrio na alocação da mão-de-obra necessária. A contratação da mão-de-obra sazonal torna-se imprescindível nessa etapa, com o aproveitamento de trabalhadores procedentes da própria região, sendo eles: moradores da vila desempregados, produtores rurais pauperizados ou de subsistência, trabalhadores volantes da periferia de Santa Maria, etc. A contratação dos trabalhadores não constitui numa restrição à ampliação do volume de produção por parte dos produtores mais capitalizados, apesar do seu caráter sazonal e da concentração da procura num único período.

Evidentemente, os produtores que mais capitalizaram nas fases anteriores se adequaram a fase de expansão agrícola. Isso permitiu que obtivessem uma dinâmica suficientemente boa para ampliar os volumes de produção, adquirindo novas terras ou arrendando terras em regiões que permitissem a obtenção de colheitas mais cedo (obtendo melhores preços no mercado), ou diversificando suas atividades (soja, gado e outras culturas). A diversificação proporciona ao produtor uma proteção quanto aos riscos à renda agrícola e quanto às rendas necessárias para a reprodução da unidade de produção e da família. Há ampliação da flexibilidade estabelecida com relação ao mercado diante da maior alternatividade entre consumo /venda, além dos benefícios das rendas adicionais. Assumem relações com o mercado mais favorecedoras fazendo a intermediação do produto, transporte e comércio da batata produzida na unidade de produção e/ou obtida de outros produtores. Por meio disso, ampliam-se as vantagens em relação aos demais agricultores ao alocar seu produto no mercado em um momento um pouco mais oportuno, ficando mais próximo das pequenas oscilações no mercado de oferta do

produto (as oscilações no mercado da batata dependem de variações nas demais regiões produtoras do sul e sudeste do país e nesta ordem torna-se difícil prevê-la, atingindo comerciantes e produtores da região)⁴. A tendência é do mercado ser melhor manipulado pelo intermediário (comerciante/transportador da batata)⁵. Conforme SOUZA FILHO (1993), a inexistência de práticas organizativas entre produtores pertencentes a mesma tipologia, conduz os produtores menos capitalizados a relações de dependências, onerando os custos de produção. Acabam cedendo aos preços ditados pelo comerciante, agravando-se este fato pela perecibilidade característica do produto não estimular a armazenagem e a espera de preços mais favoráveis. A ação dos transportadores de batata tem aumentado as diferenças sobre os preços do produto na região, especialmente quando safras abundantes são registradas nas demais regiões produtoras do país.

Frente a tal situação, na qual o agricultor nem sempre consegue tirar vantagens na comercialização do produto, começam a surgir diferenças entre os produtores de batata que passam a especializar-se também na intermediação do produto. As diferenças também estão associadas aos produtores, que podem esperar um certo tempo para a venda do produto e aqueles que precisam, imediatamente após a colheita, saldar suas dívidas, relativas muitas vezes, ao próprio plantio de sua safra: “a gente não pode segurar, esperar o preço melhorar porque tem compromisso com o adubo, o veneno e aí tem que ter para preparar para o novo plantio” (H.E. Linha Duas Norte).

Os produtores que pouco capitalizaram, premidos pelas condições agroecológicas adversas (declividade elevada, pedregosidade nos solos pouco profundos) não podem mudar o padrão técnico, mantendo um sistema intensivo em

⁴Pega o preço do comércio, o comércio mais ou menos tem um preço, então a gente vende o que pode. O preço não se pode nem saber como que é. Tem que pegar o preço que vale. Às vezes se é barato, se acha que é barato, então segura, não vende em seguida. Isso não pode ficar aí muitos meses (no inverno ele dura, aí dá para segurar um pouco, no verão não dá para esperar). Às vezes se o preço está de arrasto, espera um mês, dois, aí pode tirar uma diferença no preço (F.P. Montuanos).

⁵“O preço é o que o negociante oferece, porque o colono não pode fazer o preço. Quem faz o preço é o comerciante, os grandes, esses que faz os preços. Só quando não tem o produto eles se obrigam a pagar quanto vale, mas no que tem bastante eles fazem o preço” (H. Linha duas Norte)

mão-de-obra, que limita o volume de produção⁶. Sem possibilidade de mecanização, compromete-se a própria possibilidade de melhoria de produtividade pelo insuficiente volume de produção gerador de uma renda agrícola favorável a investimentos. Aliado a baixa capacidade de investimento (não permite a aquisição de insumos e sementes certificadas para melhorias na produtividade), há o problema da manutenção da mão-de-obra familiar. A renda familiar relativamente baixa torna inviável a manutenção de uma família numerosa, levando muitos membros da família a dedicarem-se a atividades não agrícolas. Nesse contexto, o produtor fica premido entre a produção de auto-consumo e a destinada à comercialização, tornando os investimentos deste último restritos à renda disponível, inferior ao mínimo necessário para níveis de produtividade similares obtidos em unidades de produção capitalizadas. A capacidade de investimento consiste na possibilidade do agricultor injetar recursos financeiros visando aprimorar a produtividade, o que consiste na aquisição de insumos químicos e mecânicos, no suprimento de recursos escassos tais como terra e trabalho, e, especialmente, de melhorias que propiciem mudanças na gestão do sistema de produção (práticas físico-conservacionistas , adubações verdes, sementes melhoradas e organização frente ao mercado). Tal capacidade pode resultar em melhor qualificação, no uso dos recursos terra e trabalho, tendo mesmo um aumento de produtividade. Dessa forma, o aumento na capacidade de investimento pode resultar na intensificação do uso das terras, podendo estar voltada para aumentos da produção agrícola, mas sem um adequado planejamento que permita potencializar os recursos abundantes na unidade de produção. Nesse sentido, os problemas do modelo tecnológico da chamada "modernização conservadora" da agricultura, também aparecem nos sistemas de produção de Silveira Martins. A heterogeneidade das formas de produção, conforme SOUZA & SALLES FILHO (1995), faz com que, em certas situações, o

⁶ Observar-se-á um depoimento que é representativo das dificuldades encontradas pelos agricultores premidos pela baixa capacidade de investimento: "nesse tempo todo não deu prá comprar, porque a batata cada vez vale menos. Financiá não dá porque aí tem que trabalhar dez anos para pagar." (H.E. Linha Duas Norte).

padrão tecnológico seja adotado de forma incompleta. Isto não é decorrente do processo de oferta do produto em si, mas dos problemas sócio-econômicos do país como as diferentes condições estruturais, os desequilíbrios regionais, a concentração fundiária e a distribuição desigual da renda.

A intensificação do uso da terra trouxe a exaustão dos solos ao findar três décadas de cultivos. As quedas da produtividade da terra são principalmente resultado do desequilíbrio físico, químico e biológico implantado aos agroecossistemas. Mantém ora as práticas de uso do solo baseadas em pousios reduzidos, ora práticas de uso do solo baseadas em insumos químicos e mecanização excessiva. Ambas as práticas originam impactos ambientais de ampla dimensão, comprometedores da produtividade dos agroecossistemas. As perdas dos solos pelos processos erosivos, as percolações de nutrientes e a eliminação da biodiversidade biológica, são apenas alguns exemplos do conjunto de efeitos conjugados e múltiplos que os padrões tecnológicos modernos tem ocasionado. A situação se agrava pois não há contabilização dos custos ambientais por parte dos administradores da produção, resultando, daí, uma inadequada reposição dos recursos e um manejo desfavorável ao incremento da própria produtividade, pois impede-se o desenvolvimento dos níveis de complexidade nos sistemas agroecológicos, próprios de regiões subtropicais.

Com relação a esse aspecto de eficiência na chamada pequena produção familiar, especialmente no que se refere a produtividade, esta tem decrescido. Tal situação tem relação com: a baixa capacidade de tecnificação, a subocupação da mão-de-obra e, geralmente, a pior qualidade dos recursos naturais. Muito embora a produção por unidade de área, na maioria das vezes, seja maior nas propriedades familiares do que nas patronais, ela pode ser atribuída ao "excesso de trabalho" necessário para retirar daqueles exíguos pedaços de terra a sobrevivência da família.

A escassez de terras obriga um número crescente de produtores familiares a superexplorarem o solo, devido a sua utilização intensa (com o conseqüente abandono dos pousios e com rotações inadequadas à aplicação de novos processos

de produção potencializadores da fertilidade natural dos solos).

No contexto da produção familiar, devem ser considerados os processos de diferenciação social que figuram em variadas estratégias de reprodução do grupo familiar. Estratégias essas, definidas com base nos recursos que dispõem (terra, capital, mão-de-obra), condições de produção (acesso ao crédito, organizações de preços) e as relações sociais a que estão submetidos (condição de propriedade da terra e meios de produção). As práticas dos produtores se aproximam dos critérios de sustentabilidade da produção conforme os objetivos voltados para a otimização da jornada de trabalho ou para a redução de incertezas.

Para muitos grupos de produtores, as tecnologias da agricultura convencional não foram apropriadas integralmente devido a inadequações sociais, econômicas e ecológicas. Teria sido freqüente a manutenção das culturas "tradicionais", tais como a policultura, integrações e consorciamentos, a exploração da fertilidade do solo por pousios, adubação verde e orgânica, a conversão de áreas desgastadas por cultivos anuais em pastagens e outros. A continuidade de uma agricultura nessas bases tem sido dificultada pela relativa escassez de terras, a demanda crescente por produção tem levado à redução dos períodos de pousio, cultivando capoeiras em regeneração (o que diminui os efeitos de fertilização das terras), demandando técnicas e manejos com diferentes exigências em mão-de-obra e insumos. Tais demandas, por outro lado, não têm garantido a sustentabilidade ecológica de solos tropicais.

De um modo geral, as demandas sócio-econômicas de produção familiar tem conduzido a determinados ajustes, variando em termos de estratégias, mas que estão apresentados nas seguintes ações:

- 1) Distribuir mão-de-obra ordenadamente evitando a necessidade de contratação da mesma: esta opção expressa-se numa distribuição de cultivos visando reduzir picos de demanda por mão-de-obra e numa redução de atividades e manejos exigentes de trabalho (modificação da lida com os animais, com tratamentos de solos e combates manuais de pragas);

2) Busca de rendas complementares, devido às oscilações de preços, oferecendo vários produtos em diversas épocas do ano buscando culturas e criações diversificadas;

3) Evitar ou precaver-se de riscos relativos a perdas da produção, da propriedade, ou seja, das possibilidades de manter viabilizada a produção familiar: expresso desde o não estabelecimento de compromissos de crédito, até a adoção de culturas diversificadas, consorciadas e rotações de culturas, ou áreas para evitar perdas totais por ocasiões de intempéries e/ou ataque de pragas;

4) Mantém uma integração parcial com o mercado, com parte da produção para o consumo da família. A estratégia adotada se refere à flexibilidade entre consumo e venda em função de circunstâncias ocasionais. Flexibilidade, conforme ABRAMOVAY (1992), diz respeito à opção do produtor pela venda ou consumo de seus produtos em função das condições de mercado, e das situações momentâneas em relação aos preços do produto. O auto-consumo não está simplesmente priorizado, como via de regra, característico em unidades de produção tradicionais, mas pode o auto-consumo existir mesmo em um estabelecimento com caráter empresarial. O mesmo autor acima citado, entende que o caráter parcial de integração ao mercado, onde o produtor familiar define a sua participação é facilitado porque nem todos os meios de produção são adquiridos no mercado. O produto, nessa situação, tem simultaneamente valor de uso e valor de troca e só será definido na ou após a colheita. Segundo GARCIA JÚNIOR (1983), limitar as despesas em dinheiro com instrumentos e meios de trabalho é condição básica de seu cálculo, para não depender na sua condição de pequeno produtor das flutuações de mercado dos produtos de seu trabalho;

5) Diminuir a dependência de insumos externos - adota diversos manejos e técnicas - de fertilização, de controle de pragas e doenças de plantas - destacando-se as rotações de culturas, consorciamentos e aproveitamento de resíduos culturais.

Essas estratégias presentemente articuladas em unidades de produção com escassez de recursos podem estar aglutinadas em quatro processos, definidos por

COSTA BEBER (1989): os processos de diversificação, integração, tecnificação, racionalização conduzem à complementariedade em energia, à combinação de insumos e produtos na atividade agrícola e pecuária. Dinamizam, inclusive, uma agricultura adaptada à produtividade ecológica ao favorecer as condições de produtividade primária dos ecossistemas.

A diversificação, processo de produção de várias espécies de animais e vegetais, racionalmente programado, possibilita uma utilização mais completa dos recursos e contribui para a maior estabilidade econômica, social e ecológica das propriedades agrícolas.

A distribuição planejada dos diversos cultivos na unidade de produção voltada às aptidões agrícolas das terras permite maior fertilidade aos solos com combinação adequada das culturas, melhor controle de plantas consideradas "invasoras" e a diminuição de pragas e doenças. No aspecto econômico, a diversificação vem favorecer a distribuição da mão-de-obra, evitando picos de demandas característicos de propriedades destinadas a cultivos únicos.

3. A conformação histórica das práticas produtivas

Ao analisarmos as relações entre os processos de produção agrícola e o meio ambiente é necessário considerar que estas relações não se dão ao acaso e nem estão isoladas num tempo qualquer, sendo unicamente fruto da vontade dos homens no período observado. Ao contrário estas relações são determinadas historicamente em função das necessidades e da capacidade do homem, enquanto ser social de modificar o ambiente onde se insere, bem como de adaptar-se às condições por este impostas.

Conforme BERGER e LUCKMANN (1987), o homem, por sua capacidade de transformar o ambiente, é capaz de sobreviver em quase toda a superfície terrestre desenvolvendo modos de vida diferentes em ambientes diferentes, implementando processos de humanização do ambiente geográfico.

Os autores acima ressaltam, também, a influência das relações que os homens estabelecem entre si na configuração da forma como se dará a conformação do espaço humanizado:

“(...) a forma específica em que esta humanização se molda é determinada pelas formações socio-culturais, sendo relativa suas numerosas variações(...). Embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que o homem constrói sua própria natureza, ou mais simplesmente, que o homem produz a si mesmo(...). Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas”. (BERGER & LUCKMANN, 1982, p. 72; 75)

Neste sentido, ao analisar um ambiente geográfico não podemos vê-lo como algo intocado, existindo em separado da atividade humana, pois, a mesma transforma o meio visando a sobrevivência dos atores sociais.

No processo de busca da sobrevivência, onde situações diferentes, ao longo do tempo, colocam em risco a manutenção das condições para a reprodução dos modos de vida e, conseqüentemente, dos sistemas de produção constituídos, provocando a busca de soluções emergenciais por parte dos atores. É durante este processo que determinadas práticas são desenvolvidas passando, então, a constituir-se como conhecimento social adquirido e difundido como hábito ou solução para os futuros problemas a serem enfrentados.

Para BERGER e LUCKMANN (1987, p.78), toda atividade humana está sujeita a ser transformada em um hábito, o qual é assumido pelos atores como um padrão: “O hábito implica que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico”

Em se tratando de comunidades rurais, as ações desenvolvidas constituem-se nos processos produtivos desenvolvidos pelos agricultores em seus sistemas de produção, sendo que as mesmas derivam-se dos modos de gestão e estes inseridos

nos modos de vida instituídos. Estas práticas passam a constituir comportamentos inseridos nas rotinas dos indivíduos, passando a integrar o cabedal de conhecimentos considerados como corretos, por ele e sempre disponível para futuras ações envolvendo condições semelhantes. Este acervo de conhecimento propicia ao indivíduo uma maior facilidade em resolver problemas futuros, visto que já possui uma solução pronta em sua bagagem de conhecimentos.

Para GODELIER (1968), para analisar e compreender ações de atores inseridos num contexto social determinado é necessário ir além de uma análise econômica, visto que as mudanças nas formas de produzir e no padrão econômico se dão, historicamente, associadas às mudanças da estrutura social.

Para compreender as relações estabelecidas pelos sistemas econômicos com a natureza é necessário entender as diferentes lógicas com as quais os gerenciadores escolhem determinadas práticas produtivas em detrimento de outras, sabendo-se que este processo de escolha se dá balizado no acúmulo de conhecimento dos atores envolvidos:

“O econômico não deve ser reduzido apenas ao conjunto das atividades materiais, pois contém igualmente um conjunto complexo de representações e idealidades. Essas representações não estão projetadas passivamente no pensamento; fazem parte ativa dos conteúdos lingüísticos responsáveis pela aprendizagem social e pela transmissão da cultura”(GODELIER citado por CARVALHO, 1987, p.24).

Nesse sentido, as forças produtivas podem ser definidas pela capacidade de ação do homem sobre a natureza, constituídas pela própria representação que dela possui, bem como as regras de operação e utilização.

Para GODELIER citado por SILVEIRA (1994, p.119), o entendimento destas representações se dá “no discurso das populações e dos grupos sociais que os utilizam. Existem, portanto, como realidades lingüísticas, como fatos indissociáveis da língua e do pensamento e, é por isso, que podem ser comunicadas

no corpo social e transmitidas de geração em geração”. Sob esta conceituação é possível afirmar que as representações da natureza são fatores definidores e legitimadores dos processos de trabalho, por isso se faz necessário, ao analisar as relações entre sistemas de produção e o meio natural, buscar identificar estas “realidades ideais” através da análise do discurso dos entrevistados e de observações “in loco”.

A busca destas informações subjetivas são de fundamental importância para a identificação de alguns fatores reguladores da manutenção da viabilidade dos sistemas sociais ao longo do tempo, denominados por GODELIER (1987) de “Invariantes”. Para este autor estes fatores são responsáveis pela dinâmica de um sistema, cuja manutenção depende da não violação dos mesmos. Estes não são de reconhecimento imediato, prévio, pois não são produto da consciência dos agentes, mas sim das relações sociais conscientes e inconscientes e sobre os quais deve-se dedicar uma maior atenção, pois os mesmos são de suma importância para o entendimento da conformação dos sistemas de produção.

4. Detalhando um sistema de produção em reconversão

O sistema de produção aqui analisado apresenta-se em reconversão, ou seja, em um processo de reorganização com base nas suas restrições estruturais e de mercado. As necessidades de reconversão provêm da inadequação tecnológica das mudanças introduzidas durante o processo de modernização da agricultura, as quais originaram impactos que limitam a reprodução da unidade de produção e a sua competitividade. Em última instância, há o esvaziamento da localidade (com a migração de jovens agricultores) e há a eliminação da fertilidade dos solos das encostas.

Os produtores familiares, atualmente, reavaliando suas restrições buscam redefinir seu sistema de produção, em função das condições agroecológicas onde estão inseridos, potencializando e não mais restringindo a reprodução da unidade de

produção familiar. Apresentam como característica a flexibilidade com o mercado relativamente baixa, pois compõem-se de produtos que, apesar de diversificados, são de volumes restritos. No entanto, produtos destinados tanto ao autoconsumo quanto à venda (alternativamente), são freqüentes nessas unidades. Aqui estão aglutinadas as unidades de produção que até um tempo atrás eram especialistas no cultivo da uva, estimulada pelo seu processamento na própria localidade. Este tipo de cultivo foi gradativamente eliminado e, atualmente, mantém-se em pequena escala, com a vantagem de ser uma cultura adequada em termos agroecológicos, pois não incidem sobre fatores limitantes como a escassez de áreas planas. Compõem unidades de produção que apresentam um conjunto de características limites seja pela relação desvantajosa que estabelece com o mercado (quando restringe-se a cultura da batata, ou a venda de produtos típicos da colônia - queijo, ovos, vinho, verduras - para intermediários), quanto pela escassez do recurso terra. Geralmente, são produtores que vêm buscando substituir culturas como a da batata por culturas e atividades mais diversificadas e adequadas às suas limitações tais como o cultivo de hortaliças.

A diversificação (em termos de volume e variação de cultivos) e a conseqüente flexibilidade estabelecida com o mercado está limitada pela mão-de-obra disponível na unidade de produção. Esta torna-se um fator de restrição, pois a base técnica utilizada demanda significativas parcelas de mão-de-obra. Apesar de reduzidos volumes de produção, ocorre a busca de rendas adicionais cuja forma mais corrente é a venda de produtos na feira em Santa Maria (realizada pelo próprio agricultor isoladamente ou em parceria com outros). As parcerias são mais comuns entre parentes (tios, cunhados, irmãos e primos). Alguns agricultores que assumem o papel de feirantes costumam comercializar produtos de outros agricultores. Estes produtos são complementares aos seus, garantindo-se, assim, o mercado conquistado junto aos consumidores, o que demanda freqüência e volume definido do produto a ser comercializado.

As condições agroecológicas nestas unidades são adversas, mas há a organização nos sistemas de produção, de forma que as culturas desenvolvidas

pelos produtores são adaptadas a tais condições (é o caso dos parreirais que se adequam a terrenos pouco declivosos e são pouco exigentes em extensão de área). As condições agroecológicas são adversas para determinado tipo cultural e para sua respectiva base técnica - como seria o caso de culturas como o milho, a batata e a soja até então cultivadas. Com as adaptações das culturas ao meio ambiente, torna-se viável a produção, inclusive, sob áreas declivosas e pedregosas.

A disponibilidade de mão-de-obra na unidade de produção influencia diretamente na possibilidade de ampliar o espectro de diversificação. Predomina, em 71% das unidades de produção, o cultivo de hortaliças, parreiras e fruticultura, constituindo-se estas na principal fonte de renda agrícola.

Com o passar dos anos, tais produtos são consolidados e passam a se constituir na principal fonte de renda. Também é freqüente a busca de rendas adicionais (composta de atividades de comércio, de produtos agrícolas próprios ou de outros, prestação de serviços referentes a moagem de cereais, ou processamento doméstico), corporificadas na entrega de produtos na feira livre, na fabricação de vinho ou derivados da cana e outros. A atuação dos produtores como feirantes é antiga, sendo realizada em algumas famílias já pela segunda geração de imigrantes. Tal atuação é presente entre 61 % dos agricultores entrevistados. A produção dos demais produtos como leite e derivados, milho e feijão é generalizada entre as unidades desse sistema, desempenhando a função de garantir o autoconsumo e, também, complementando o comércio na feira. Também influencia sobre a diversificação o papel desempenhado pelas criações, a área total de potreiro, que corresponde a 38 % da área total das unidades de produção entrevistadas, o que é um indício da importância da criação bovina destinada tanto ao auto-consumo, como a venda, mais propriamente nos períodos de "apertos"; em entressafras e em situações de pouca produção bovina, constitui-se de reserva de valor para os períodos de fracasso na colheita, ou de problemas de saúde para algum membro da família.

A alternatividade entre consumo ou venda da produção é bastante alta nesse sistema, onde a diversificação é altamente significativa, se comparada com os demais sistemas.

O volume de produção e o tipo de diversificação adotado, depende, grandemente, da qualidade de mão-de-obra disponível na unidade de produção. Os instrumentos técnicos utilizados nesse sistema de produção acabam pressionando a disponibilidade e a dureza do trabalho demandado. Quanto a disponibilidade de mão-de-obra familiar, há certas variações (de 1,0 a 5,5 equivalentes homem ano - EHA) entre uma unidade de produção e outra, no mesmo tipo de sistema de produção. As unidades de produção com maior quantidade de EHA, têm possibilidades de apresentar maior volume de produção ou de diversificação, dependendo, efetivamente, da superfície de área útil (SAU) disponível na unidade de produção. A relação SAU/EHA assume relevância, quando em abundância, pois permite a obtenção de renda suficiente para a reprodução da família, sem que haja necessidade de buscar outras formas de obtenção de renda. Distintas pesquisas destacam o papel das atividades comerciais e como forma de complemento ou como meio de manter a condição da produção familiar, que seria invariavelmente privilegiada nesses estudos.

5. A interface sócio-econômica

Ao se pensar em alternativas de viabilização ou reconversão de sistemas de produção é preciso ter em mente que o processo de produção agrícola se dá no interior de uma sociedade instituída, sendo conformado sob influência das relações sociais existentes no interior da mesma. As diferentes capacidades de implementação de novas tecnologias, determinadas em função das diferenças estruturais e de objetivos entre os agricultores, devem ser consideradas quando pretende-se alternativas factíveis. É preciso, primeiramente, ter clareza acerca dos limitantes estruturais da unidade de produção (mão-de-obra, capacidade de

investimento, condições agroecológicas), não relegando a um plano inferior as demais variáveis constituintes do seu modo de vida, historicamente constituído .

A agricultura familiar apresenta características que a diferem significativamente da agricultura patronal. Enquanto a agricultura patronal apresenta uma racionalidade empresarial, ou seja, organiza a produção objetivando um aumento de suas receitas, o agricultor familiar organiza a sua produção em função de vários objetivos interrelacionados. Mais que reproduzir-se economicamente, as unidades familiares buscam reproduzir um modo de vida. Em comunidades rurais, os vínculos sociais caracterizam-se pela personalização, evidenciados na ausência de um controle mais racional tanto do processo produtivo como do consumo familiar. Para ABRAMOVAY (1992), estas características se devem a completa submissão da unidade de produção individual às regras da comunidade onde estão inseridas. É a partir das relações entre os integrantes da família produtora, e destes com o restante da comunidade, que se conformará a atividade produtiva propriamente dita. O trabalho e a vida não são atividades isoladas:

“Os indivíduos produzem com o objetivo de gerar não só os meios de vida. A unidade indissociável da existência está também no conjunto de significados vitais que os elementos básicos do trabalho incorporam : a terra não é um simples fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são só sanguessugas” (ABRAMOVAY, 1992, p.102).

Na comunidade estudada, foi identificado esta personalização das relações, onde a forma de organização da comercialização mais representativa é a parceria entre parentes. Esta característica influencia significativamente as ações de compra e venda do produtor, pois o mesmo está ligado ao comprador/vendedor não apenas por vínculos de mercado, mas por uma complexa teia de relações sociais historicamente constituídas.

Este modelo de sociedade apresenta-se organizada em torno de códigos sociais próprios que não são apenas econômicos, porém se relacionam com o meio externo através de fluxos econômicos - pela compra e venda de mercadorias.

Neste sentido, ABRAMOVAY (1992) afirma que as unidades de produção familiar não podem ser analisadas sob uma ótica estritamente econômica, onde os agricultores são vistos apenas como produtores de mercadorias para o mercado, pois para que esta assertiva seja verdadeira, é necessário a existência de um mercado altamente competitivo determinante dos preços. A existência deste mercado pressupõe laços impessoais (unicamente relações salariais) entre os agentes econômicos e um nível de agilidade e integração entre os diferentes mercados. Fatos que não acontecem em comunidades baseadas em unidades de produção familiar, onde os mecanismos pelos quais as relações comerciais se confundem com as obrigações pessoais indicam a maneira incompleta, parcial com que as relações de mercado atuam e, conseqüentemente, os limites da própria razão econômica do funcionamento das sociedades camponesas.

Conforme ALMEIDA (1997), a produção familiar tendo o poder de definir suas formas de organização frente aos mercados, aglutinará critérios não somente de crescimento econômico, no sentido usual do termo. Para a reconversão dos sistemas de produção sob bases menos afuniladoras das apresentadas nestas últimas décadas, convém mudar o eixo do estritamente econômico para o da equidade social e ambiental. Referimo-nos a uma idéia revolucionária face às tradicionais políticas agrícolas, nada favoráveis ao desenvolvimento sócio-econômico da produção familiar e seu modo particular de conformar as paisagens.

6. Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.**

Campinas, SP: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento(rural) sustentável. **In: Reconstruindo a agricultura, idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável.**

ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z.. Porto Alegre, RS: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

CARVALHO, E. de A. Introdução. CARVALHO, E. de A. (org.) . **Godelier: antropologia.** São Paulo: Ática, 1981.

COSTA BEBER, J. A. **Eficiência energética e processos de produção em pequenas propriedades rurais - Agudo/RS.** Santa Maria,RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1989 (dissertação de mestrado).

DALMORA, E. **Os usos da terra em unidades de produção familiar.** Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1994. (dissertação de mestrado).

GARCIA JÚNIOR., A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODELIER, M. A racionalidade dos sistemas econômicos. CARVALHO, E. de A. (org.). **In: Godelier: antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

GODELIER, M. Produção parentesco e ideologia. CARVALHO, E. de A. (org.) **In: Godelier: antropologia**. São Paulo: Ática, 1981.

SOUSA, I. S. F. & SALLES FILHO, S. L. Padrão tecnológico da agricultura brasileira. **Revista Sociedade e Estado**. v. x, n. 1, jan.-jun. 1995.

SOUZA FILHO, J. R. **Relatório de atividades - bolsista recém-mestre**. Santa Maria / UFSM, 1993. (relatório de atividades do bolsista da FAPERGS, mimeo.)

SILVEIRA, P. R. C. da. **Reflexões sobre o modo de gestão em sistemas de produção agrícola familiares: um estudo exploratório**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1994 (dissertação de mestrado).